

Ministério Público investigará discriminação contra as mulheres

O Ministério Público Federal instaurou procedimento administrativo para investigar denúncia apresentada por diversas organizações da sociedade civil, em Pernambuco, que entraram com representação no último dia 8 de março, considerando a crescente objetificação do corpo da mulher nas propagandas de cerveja.

Agora, além do acompanhamento desta ação no MPF, as organizações preparam uma agenda de mobilizações, buscando ampliar o debate na mídia e na sociedade para esta questão. Mais informações: amb@articulacaodemulheres.org.br.

Protesto das Jornadas contra decreto de César Maia

Através de carta, as Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro protestaram contra o decreto nº 25123, do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que determinou que as unidades de saúde do município desacatem a nova Norma Técnica do Ministério da Saúde, que desobriga as mulheres de apresentarem boletim de ocorrência ao solicitarem a interrupção de gravidez provocada por estupro.

O posicionamento das Jornadas destaca o compromisso da Norma Técnica com a promoção dos direitos humanos das mulheres e foi lido dia 16, na Câmara Federal, dentro de um pronunciamento da deputada Jandira Feghali.

Dossiê Aborto

A Rede Feminista de Saúde lançou este mês o Dossiê “Aborto – mortes preveníveis e evitáveis”, um documento que traça os perfis de mulheres atendidas em hospitais que morreram por aborto no Brasil, de 1999 a 2002, produzido a partir de estudo das pesquisadoras Alaerte Martins e Lígia Mendonça.

Na apresentação do documento, Fátima Oliveira e Ana Maria da Silva Soares, da Secretaria Executiva da Rede, destacam o Dossiê como uma contribuição da Rede Feminista de Saúde ao trabalho que será desenvolvido pela Comissão Tripartite, que fará a revisão da legislação sobre o Aborto, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O documento destaca que “devido à supervalorização da maternidade em muitas culturas na construção da identidade feminina, o abortamento pode, equivocadamente, sugerir uma recusa ou repulsa à maternidade” e que este seria o “alicerce cultural que leva muitos profissionais de saúde à adoção de posturas discriminatórias para com as mulheres que abortaram, tanto espontaneamente quanto de maneira insegura”. Deste modo, “todas as mulheres que chegam com quadro de abortamento são criminalizadas e vistas como potencialmente culpadas de um crime. O número de abortos espontâneos é superior ao provocado, mas todas as mulheres sofrem com a demora no atendimento” ressalta Alaerte Martins.

Entre outras fontes, o Dossiê trabalha com análises produzidas por feministas e com base em dados do DataSUS – Sistema de Informação do Sistema Único de Saúde em relação a atendimentos prestados por hospitais públicos e conveniados à saúde pública.

O documento está disponível no sítio www.redesaude.org.br.

Marcha Zumbi +10

Dentro das ações que marcaram o Dia Internacional contra a Discriminação Racial, neste 21 de março, organizações dos movimentos negro, de direitos humanos, do movimento de mulheres e do movimento LGBT, em Pernambuco, além de ativistas autônomos, realizaram ato público e entregaram ao prefeito de Recife, João Paulo, um documento com a síntese das proposições discutidas no I Seminário Estadual Zumbi +10, realizado dia 12 de março de 2005, em Recife. Além da audiência na Prefeitura de Recife, o movimento também realizou atos políticos para a entrega do documento em mais duas prefeituras da região metropolitana de Recife (Cabo e Paulista).

Mil Mulheres

Após um ano do lançamento da iniciativa "1000 mulheres para o Prêmio Nobel da Paz", a coordenadora do projeto no Brasil, Clara Charf, informa um total de 166 indicações já apresentadas ao Comitê da Noruega, entre as quais o projeto "1000 mulheres...". Uma oficina a ser realizada em abril, na Suíça, com todas as coordenadoras dos projetos nos países, definirá a data quando serão divulgadas todas as mulheres selecionadas nessa iniciativa. Mais informações: claramilmulheres@rnaves.com.br

CONtextos

No próximo 30 de março, a Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), a Secretaria da Mulher de Alagoas e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo lançam o livro "Gogó de Emas – a participação das mulheres na história do Estado de Alagoas", da feminista Schuma Schumacher. Mais informações: redesh@redesh.org.br.

Anexamos a esta edição, entrevista de Betânia Ávila (SOS Corpo/Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro) à Agência Carta Maior. Betânia fala sobre aborto, eleição de Severino Cavalcanti e reestruturação da ONU

O segundo anexo traz artigo de Iáris Ramalho Cortês, em resposta ao pronunciamento do presidente Lula, no 8 de março. O texto ressalta porque nós, mulheres, devemos nos manter desafortadas.

Luta contra os transgênicos

A batalha no Congresso foi perdida, mas a luta contra os transgênicos no Brasil ainda não encerrou: continua agora através da pressão sobre o Presidente Lula, que não poderá sancionar um projeto de Lei em desacordo com a Constituição. Este é o posicionamento de Magnólia Said, coordenadora do Esplar, organização integrante da Campanha "Por um Brasil livre de Transgênicos".

Se decidir aprovar o projeto tal como está, o Presidente Lula descumprirá compromissos de campanha e estará ferindo a Constituição: dentro do princípio de precaução frente a matérias como esta, onde pairam muitas dúvidas sobre os impactos da transgenia no meio ambiente e sobre a saúde das pessoas, a posição do Presidente deve ser à altura desta responsabilidade, destaca Magnólia.

Segundo a coordenadora, o projeto aprovado na Câmara, no início do mês, demonstra que o governo federal sucumbiu às pressões de parlamentares da bancada ruralista e dos demais articuladores dos interesses do agronegócio. O projeto atende a interesses das multinacionais, a exemplo da Monsanto, e de todos os fabricantes de produtos com presença de transgênicos.

Entre os absurdos, o projeto não só deixa a critério de quem planta a opção pela transgênia, mas também flexibiliza a rotulagem de alimentos.

Neste contexto, o boletim 246 da Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos chama a atenção para o sigilo mantido pelo secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Daniel Goldberg, em relação a produtos analisados pelo Procon de Minas Gerais, nos quais verificou-se ingredientes transgênicos em alimentos não rotulados. Entre os detalhes capciosos do projeto enviado ao Presidente, cabem exemplos como este: a lecitina extraída de soja transgênica não é considerada lecitina transgênica.

O momento é de manter a pressão sobre o Presidente, cobrando seus compromissos e o veto à Lei de Biossegurança em seu artigo 14, inciso XX e parágrafos 1º e 2º, além do artigo 16, parágrafos 2º e 3º. Milhares de mensagens já foram enviadas ao Presidente, através de formulário no site www.greenpeace.org.br/brasilmelhor. Acesse e participe desta luta!